



A campanha da Aliança Liberal nas eleições de 1930: entre o esquecimento do 1º de Março e a memória do 3 de Outubro

Raimundo Helio Lopes (IFF)

Luciana Pessanha Fagundes (UFRJ)



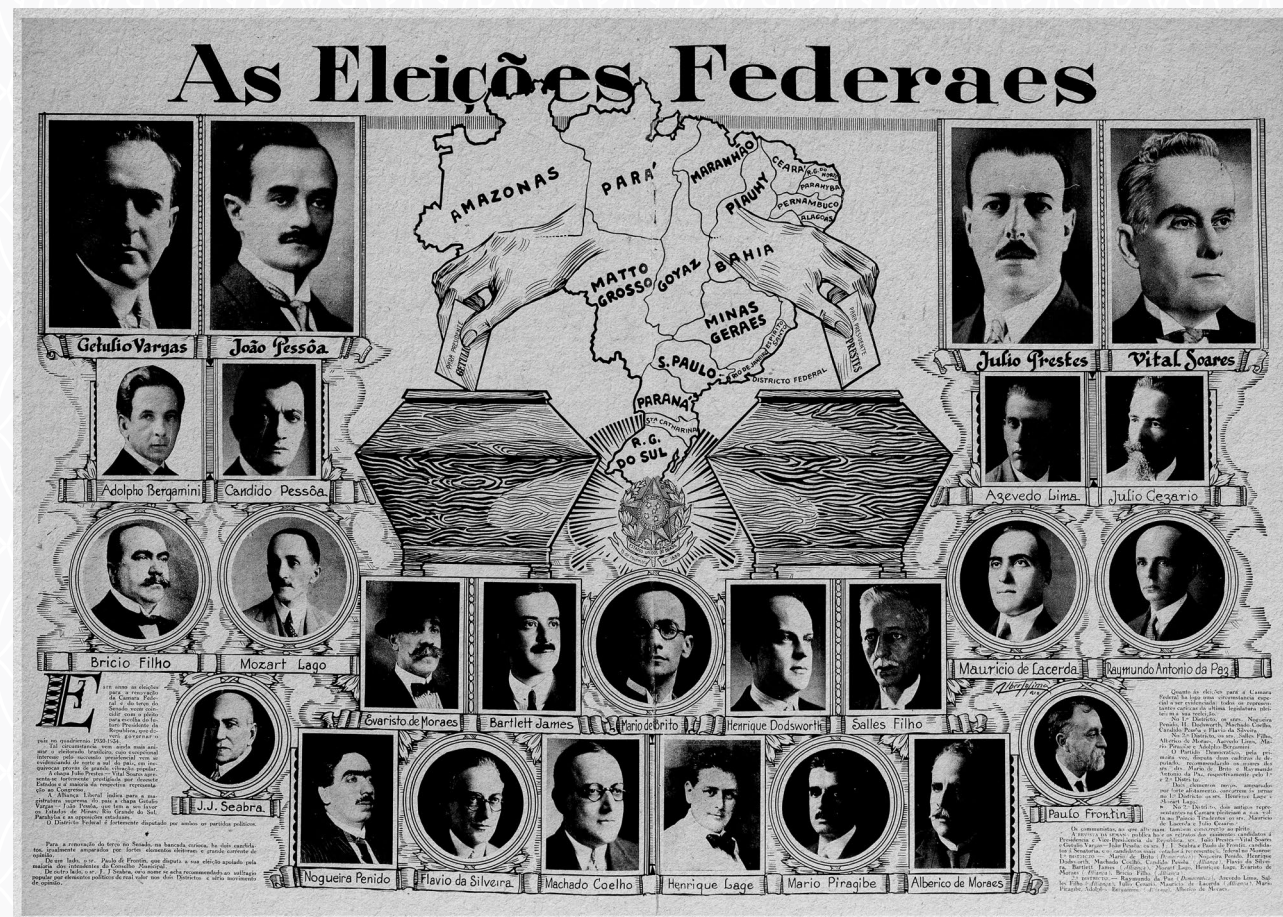
As eleições de 1º de março de 1930 ainda são vistas na história como um mero coadjuvante do episódio que a sucedeu: a Revolução de 1930, evento, sem dúvida, indelével na história nacional, que marcaria o fim da Primeira República. Mas, recuperar a singularidade daquele acirrado pleito, crivado por uma disputa política intensa, fora do padrão comumente atribuído ao período, permite compreender tanto os arranjos políticos quanto as eleições como um evento em si e não como simples causador da chamada *Revolução de 3 de Outubro*.

Não há dúvida de que a ideia de revolução esteve sim presente no discurso de alguns atores importantes daquele processo. No entanto, não é possível que nela houvesse algum elemento excepcional, quase teleológico, capaz de disparar os eventos que culminaram com a deposição de Washington Luís.

No âmbito da curta duração, é importante deixar claro que os eventos que sucederam a eleição tiveram influência principal na “virada de mesa” da oposição. De modo mais claro: não haveria o 3 de Outubro sem as eleições de 1º de Março. O pleito e suas nuances, no entanto, se desenrolaram sem seus atores saberem que acabaria,

meses depois do resultado das urnas, com uma revolta armada que tomaria o poder, por mais que alguns não descartassem essa possibilidade. O 3 de Outubro, desse modo, marcou muitas interpretações sobre as eleições de 1º de março de 1930, assim como se tornaria constante lembrança em muitos outros pleitos na história do Brasil.

Inicialmente, é importante que se diga que, à semelhança das eleições de 1910 e da Reação Republicana em 1922, a eleição de 1930 agitou as ruas das grandes capitais brasileiras, levando um contingente significativo de pessoas às ruas e às urnas. Contudo, dado o *modus operandi* da escolha dos candidatos e as alianças entre as oligarquias estaduais terem sido semelhantes às anteriores, não era essa mobilização que decidia o resultado. Mais do que a vontade soberana do povo, o que emergia das urnas era o acordo firmado antes do pleito entre as oligarquias mais poderosas, cabendo ao sistema eleitoral vigente apenas a confirmação da chapa que já se sabia de antemão vencedora. Era assim que se encaminhava a 11ª eleição direta para presidente do Brasil desde que o Imperador Pedro II embarcara para o exílio na madrugada do dia 17 de novembro de 1889.



Retratos dos candidatos à Presidência e dos candidatos a deputados e senadores pelo Distrito Federal. *Revista da Semana* de 22.2.1930, p. 23. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Evento marcante para compreender esse processo eleitoral ocorreu em maio de 1928, quando o então presidente Washington Luís, eleito pelo poderoso Partido Republicano Paulista (PRP), referiu-se, durante o evento de inauguração da rodovia que ligaria o Rio de Janeiro a São Paulo, ao político paulista Júlio Prestes, na época presidente do estado bandeirante, como o futuro ocupante do Palácio do Catete. Não era uma declaração oficial, porém golpeava de frente as aspirações mineiras, especialmente a do presidente do Estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, de ter novamente um mineiro na Presidência da República, reforçando a antiga política, nem sempre harmoniosa, do “Café com Leite”. A relação entre São Paulo e Minas Gerais, que já vinha fragilizada pela política econômica de Washington Luís, tomava mais um golpe com a escolha de cerrar fileiras em torno da candidatura de Júlio Prestes.

Diante dessa posição, os políticos mineiros passaram a buscar novos aliados, encontrados no terceiro estado mais importante da federação, o Rio Grande do Sul. Essa solução não era desprezível, pois Antônio Carlos sabia do prestígio que carregava o jovem Presidente do Estado gaúcho, Getúlio Vargas, que até mesmo estava sendo cotado para ocupar a Vice-Presidência na chapa de Júlio Prestes.

Aos 47 anos, Vargas estava longe de ter a popularidade que conquistaria nas décadas seguintes, mas não era nenhum neófito: fora deputado federal, ministro da Fazenda de Washington Luís e passara a governar o Rio Grande do Sul com a saída de Borges de Medeiros do Executivo gaúcho, depois de 25 anos de governo, dos quais os 15 últimos foram ininterruptos. Para compor ao seu lado, faltava um candidato a vice. Era necessário mostrar que mais do que uma arremetida



isolada, a candidatura de oposição que se formava tinha base nacional. Assim, após tentativas de trazer para aliança políticos do Distrito Federal, da Bahia e de Pernambuco, foi escolhido o paraibano João Pessoa, com as bênçãos do seu tio e ex-Presidente da República Epitácio Pessoa, aliado dos mineiros de longa data.

Getulio Dornelles Vargas



Imagem: acervo da Biblioteca da Presidência da República.

Getulio Dornelles Vargas nasceu em São Borja (RS), em 1882. Bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1907), formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais. Elegeru-se pelo Partido Republicano Rio Grandense como deputado estadual (1909-1913), deputado federal e líder da bancada gaúcha, entre 1923 e 1926. Foi Ministro da Fazenda de Washington Luís (1926-27) e presidente do Rio Grande do Sul (1927-1930). Em 1929 candidatou-se à Presidência da República na chapa oposicionista da Aliança Liberal. Derrotado, chefiou o movimento revolucionário de 1930, por meio do qual assumiu, em novembro deste mesmo ano, o governo provisório (1930-34). Comandou o golpe de estado em 1937 e passou a governar com poderes ditatoriais durante o Estado Novo (1937-1945). Foi eleito senador por dois estados: Rio Grande do Sul (na legenda do PSD) e São Paulo (na legenda do PTB). No primeiro,

foi eleito também para a Câmara dos Deputados, mas pelo PTB. Em São Paulo e no Distrito Federal, encabeçou a lista de eleitos do PTB para a Câmara e foi o mais votado entre todos os candidatos. No Rio de Janeiro e em Minas Gerais ficou em segundo lugar na eleição para a Câmara. E, sempre pelo PTB, foi eleito ainda para a mesma Casa do Congresso na Bahia e no Paraná. Ocupou a cadeira no Senado pelo PSD. Elegeru-se Presidente da República em 1950. Suicidou-se com um tiro no coração em 24 de agosto de 1954, deixando uma carta-testamento em que acusava os inimigos da nação como os responsáveis por seu suicídio. Fonte: CPDOC/FGV.

Esses políticos que se mostravam como oposição ao poder federal faziam parte da nova geração das elites regionais que não atuou na fundação da República e apresentava-se, no início dos anos 1920, com um discurso renovador que remetia à necessidade de investimentos industriais, a dar atenção aos problemas sociais, coligindo para a ideia de maior intervenção do Estado na sociedade. Era o abandono gradual do discurso liberal, perceptível não somente no Brasil, mas no mundo pós-Primeira Guerra Mundial.

Junto com Vargas ascendiam, nos pampas rio-grandenses, políticos como Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura e Osvaldo Aranha, que teriam papel central nos eventos do final dos anos 1920 e início dos anos 1930. Os quadros político-partidários em Minas Gerais passaram por processo semelhante de renovação, e junto com o sexagenário Antônio Carlos emergiam figuras como Francisco Campos, Odilon Braga, Bias Fortes e José Bonifácio Lafayette de Andrada.

Em sua plataforma de campanha para a Presidência do estado, em 1925, Antônio Carlos já incluía demandas que apontavam para o aprofundamento da democracia brasileira, como as mudanças das regras eleitorais, com a implantação do voto secreto. Já o processo de renovação na Paraíba teve como grande nome João Pessoa, que, em seus discursos, criticava os abusos coronelistas e a violência do banditismo, assim como defendia o voto secreto e a intervenção do Estado em auxílio ao Nordeste, castigado pelas longas estiagens.



Capa d'*O Malho* retratando GV de modo diabólico, remetendo ao positivismo gaúcho e ao episódio das cartas que escreveu se alinhando com Washington Luís. *O Malho* de 24.8.1929, p. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Capa d'*O Malho*, retratando a Aliança Liberal como uma velha decrépita e mais uma vez falando de como as cartas foram ruins para a campanha eleitoral deles. *O Malho* de 5.10.1929, p. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Tratava-se, enfim, de uma geração crítica do liberalismo e do próprio sistema oligárquico que lhe deu origem. É notório que os três estados compartilhavam um grau significativo de renovação interna e uma plataforma com visíveis semelhanças. Fechava-se a chapa de oposição ao governo: a famosa Aliança Liberal. A grande marca dessa coligação, na verdade, era seu caráter heterogêneo, formada por oligarquias – umas dissidentes, outras nem tanto –, amplos setores urbanos e militares insubmissos contra a política republicana vigente. Apesar dos laços de proximidade, os diversos grupos que apoiaram e ajudaram a construir a Aliança Liberal eram atraídos, grosso modo, pela luta contra o inimigo comum a ser, preferencialmente, derrotado nas urnas, mas sem descartar a possibilidade de ser nas armas.

O acordo entre os membros das oligarquias que compunha a aliança foi selado em uma reunião secreta, realizada no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1929, onde se encontraram os representantes do Partido Republicano Mineiro (PRM), Francisco Campos e João Bonifácio, e a liderança do Partido Republicano Riograndense (PRR) na Câmara, João Neves da Fontoura. O célebre Pacto do Hotel Glória marcou definitivamente a oposição dos estados à candidatura de Júlio Prestes. Não durou mais do que um mês para as chapas que concorreriam às eleições estivessem definidas e prontas para ganhar as ruas com a campanha eleitoral, marcada, inclusive, por momentos de extrema violência.

A chapa Getúlio Vargas-João Pessoa contava com amplo apoio dos setores urbanos, de uma parte nada desprezível da imprensa – em especial a forte cadeia de comunicação de Assis Chateaubriand – e de oligarquias dissidentes dentro dos estados. Dentre estas, vale destacar a participação importante do Partido Democrático de São Paulo (PD), formado pela “fina flor” da elite paulista que rompera com o PRP. Tudo isso, apesar de muito, era pouco diante do aparato da chapa governista do paulista Júlio Prestes e do baiano candidato a vice-presidente, Vital Soares, que contava com o apoio de 17 estados da Federação. Dado o funcionamento da máquina eleitoral oligárquica, era previsível a vitória da chapa Prestes-Soares.

Mesmo composta por elementos provenientes das oligarquias, a campanha da Aliança Liberal apresentou alguns elementos inovadores que foram essenciais na mobilização de novos grupos sociais, essencialmente urbanos. Exemplo maior desse processo foi a luta pela defesa do voto secreto, a criação de uma Justiça Eleitoral e a anistia daqueles que foram presos nos levantes tenentistas do início dos anos 1920. Os chamados *tenentes*, militares de baixa patente que há quase uma década mostravam-se insubmissos aos desmandos das oligarquias e à República que comandavam, estiveram relativamente próximos dos políticos aliancistas. Enquanto alguns, como Juarez Távora, João Alberto Lins de Barros e Siqueira Campos, viam com bons olhos apoiar a Aliança Liberal, outros, como Luís Carlos Prestes, o então grande líder do movimento, figura de enorme capital político naquele momento, mostrava-se contrário a qualquer acordo: queria uma revolução, não votos.



Getúlio Vargas como um tamanduá bandeira: suas garras grandes retratam a traição de Getúlio Vargas a Washington Luís.
O Malho de 11.1.1930, p. 25. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Charge mostra como partidários da Aliança Liberal falavam em revolução.
O Malho de 1º.2. 1930, p. 43. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



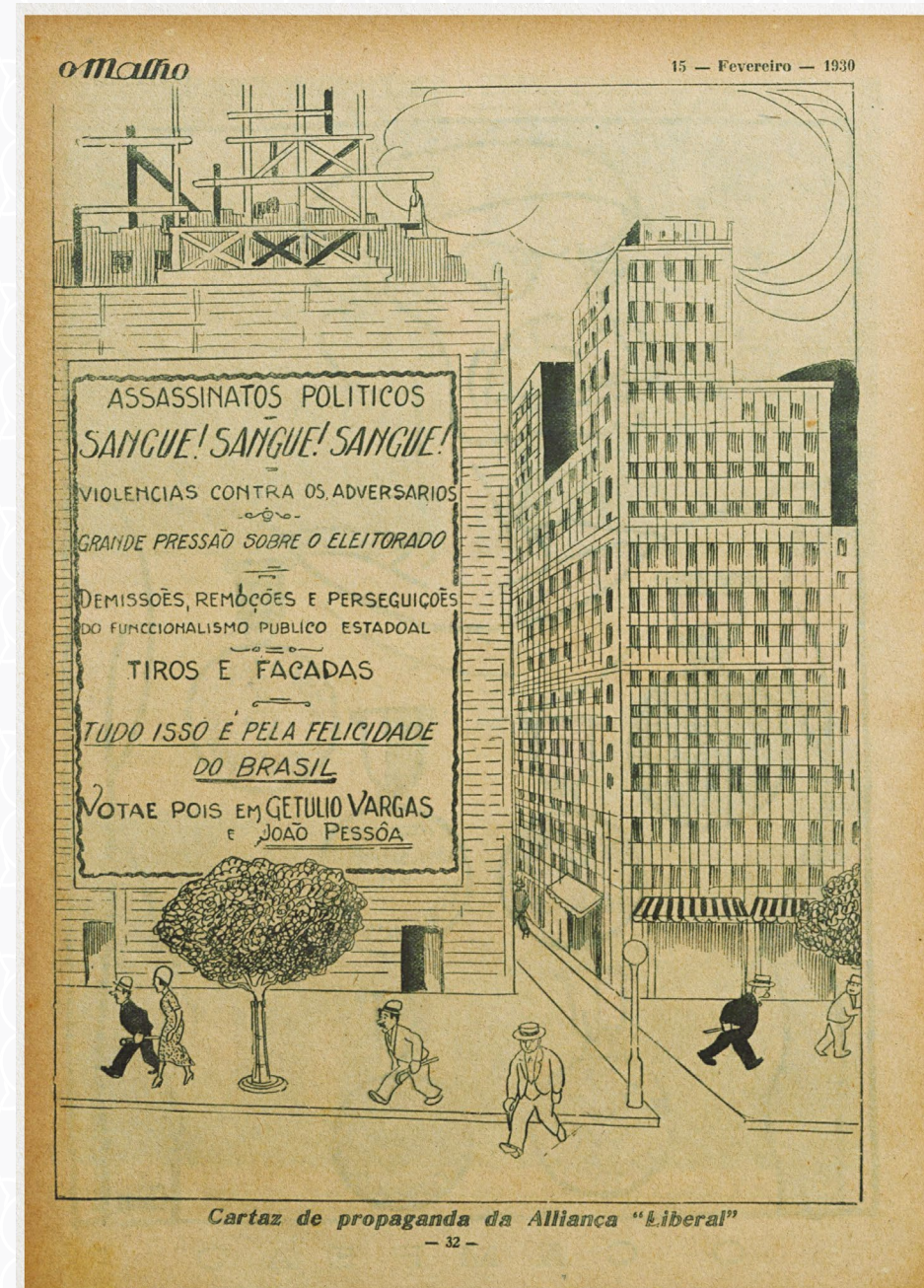
Liberalismo afasta Getúlio Vargas do Catete.
O Malho de 1º.3.1930, p. 30. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



Em plena campanha eleitoral, Getúlio Vargas e Luís Carlos Prestes se encontraram pessoalmente em duas ocasiões no Rio Grande do Sul, uma em setembro de 1929 e outra entre janeiro e fevereiro de 1930. Foram os políticos aliancistas que articularam o encontro, buscando a adesão do chefe da “Coluna Invicta”, atrelando, assim, sua grande popularidade à candidatura de Vargas. O interesse de Prestes no encontro era buscar apoio material para prosseguir com seus planos de revolução. Apesar das tentativas, o acordo não se confirmou. Prestes não confiava nas promessas de Vargas em alterar a realidade brasileira, considerando-o mais um oligarca em busca de poder, uma vez que tinha na Aliança Liberal aliados como os ex-Presidentes Wenceslau Brás, Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, os dois últimos, aliás, deram ordens de combate aos “tenentes” quando eram chefes máximos da nação. Getúlio, por sua vez, naquele momento, não acreditava que pegar em armas garantiria a vitória, apesar de ter se decidido por essa opção, vale registrar, muitos meses adiante.

No entanto, “tenentes” e aliancistas não se divorciaram, pois ter a anistia como uma de suas bandeiras atraía parte do movimento rebelde e de seus apoiadores. Mas, apesar da recusa de Prestes, políticos aliancistas como Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura e Batista Luzardo nunca descartaram pegar em armas para garantir o reconhecimento de uma improvável vitória, ou, de modo bastante incipiente ainda, chegar ao Catete. Em plena campanha eleitoral, Aranha articulou a compra de munição no exterior enquanto Luzardo bradava em um comício da Aliança Liberal no Distrito Federal, em 7 de setembro de 1929: “pela larga vereda da lei, se os detentores do poder nos consentirem ou pelo atalho da revolução, se os déspotas nos embargarem os passos!” (*Correio da Manhã*, 8 set., 1929, p. 2). Contudo, as oligarquias dissidentes e os “tenentes” só se aliaram definitiva e amplamente a partir de julho de 1930, cerca de cinco meses depois das eleições, quando João Pessoa foi assassinado.

O afastamento de Prestes diminuiu o caráter explosivo da campanha eleitoral, mas não acabou com a empolgação e os conflitos que agitavam amplos setores sociais em todo o país. As *caravanas liberais* foram a iniciativa mais inovadora.



Referência os conflitos das Caravanas Liberais *O Malho* de 15.2.1930, p. 32.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.



4-1-1930

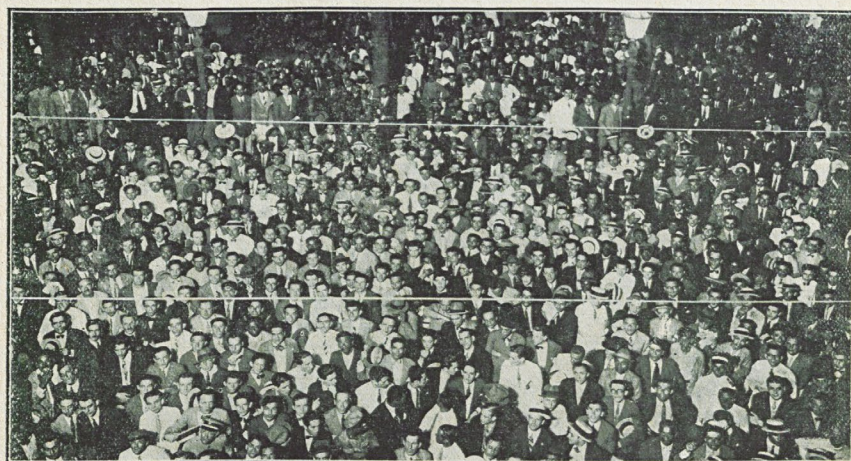
Careta

13

A RECEPÇÃO DOS CANDIDATOS DA ALLIANÇA LIBERAL



O Dr. Getúlio Vargas e João Pessoa no Hotel Gloria.



O povo aglomerado em frente ao Hotel Gloria.

Imagens de Getúlio Vargas, no Hotel Glória. *Careta* de 4.1.1930, p. 13.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

A RECEPÇÃO DOS CANDIDATOS DA ALLIANÇA LIBERAL



Aspecto de uma parte da esplanada do Castelo quando o Dr. Getúlio Vargas leu a sua plataforma de Governo.

Imagem de Getúlio Vargas no Rio de Janeiro no comício da esplanada do Castelo. *Careta* de 11.1.1930, p. 16.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Essas caravanas percorreram Minas Gerais e alguns Estados do Nordeste, realizando comícios ao ar livre, nos quais políticos aliancistas defendiam suas grandes bandeiras e buscavam atrair mais pessoas para sua causa. As caravanas tiraram os candidatos e suas plataformas dos salões luxuosos e os aproximou de parte da população brasileira pouco acostumada a esse tipo de evento político.

No Distrito Federal, os comícios se tornavam cada vez mais aguerridos, e amplamente noticiados pelo jornal carioca *Correio da Manhã*, que passou a ser um defensor fervoroso da plataforma da Aliança Liberal. Na Câmara dos Deputados, aliancistas – como o gaúcho Flores da Cunha e o mineiro José Bonifácio – acaloravam os debates, colocando a anistia em pauta. As brigas no Plenário tornaram-se cada vez mais frequentes, e o governo federal deu ordens para seus deputados abandonarem a bancada, não dando quórum para as sessões. A solução encontrada pela oposição foi fazer os discursos nas escadarias da Câmara, o que não demorou muito para gerar mais confusões. Uma delas terminou na morte do



deputado pernambucano Souza Filho (apoiador de Júlio Prestes), alvejado pelo deputado gaúcho Simões Lopes (tesoureiro da Aliança Liberal).

Enquanto isso, em Minas Gerais, Fernando Melo Viana, mineiro e vice-presidente da República, até então apoiador da candidatura de Getúlio Vargas e João Pessoa, rompeu com a direção do PRM e lançou a Concentração Conservadora, cindindo o partido ao declarar apoio à chapa Júlio Prestes-Vital Soares. Além da perda de votos no maior colégio eleitoral do país, a Concentração Conservadora entrou em conflito com partidários da Aliança Liberal na cidade de Montes Claros (MG), resultando em cinco mortes e vários feridos, dentre estes o próprio Melo Viana. Como se vê, os conflitos reverberavam toda a tensão que envolveu a campanha eleitoral de 1930. Faltando 14 dias para o pleito, o jornal gaúcho *Correio do Povo* contabilizou 15 mortos e 48 feridos graves nos conflitos entre os partidários das duas candidaturas. Esses números, aliás, carecem de mais investigações.



Imagem de Getúlio Vargas no Rio de Janeiro no comício da esplanada do Castelo. *Careta* de 11.1.1930, p. 17. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

No meio desse turbilhão, onde estava Getúlio Vargas? O ainda presidente do Rio Grande do Sul mostrava-se receoso em engajar-se mais enfaticamente em sua campanha, pois sabia que eram mínimas, quiçá nulas, suas chances de vitória. Afinal, na qualidade de ex-ministro da fazenda de Washington Luís, sabia o poder que o governo federal dispunha para esmagar incômodas oposições. Era necessário garantir que o estado não sofresse represálias do governo federal após uma eventual, ou quase certa, derrota. Desse modo, sua postura foi muito vacilante em toda a campanha: sua correspondência mostra que enquanto os aliancistas lutavam (inclusive fisicamente) por sua vitória, Vargas diversas vezes pensou em renunciar à sua candidatura e achar uma solução apaziguadora para a situação. Algumas dessas cartas foram publicadas nos jornais do Distrito Federal, o que jogava ainda mais lenha na disputa eleitoral.

Um exemplo da insegurança de Vargas durante a campanha está no acordo que firmou com Washington Luís, no qual, para desagrado de seus aliados, se comprometeu a não sair do Rio Grande do Sul para fazer campanha. Se não fosse o empenho direto e intenso de personagens como Osvaldo Aranha e João Neves da Fontoura, Vargas teria efetivamente abandonando a Aliança Liberal em nome da convivência do Rio Grande do Sul – e seu próprio governo estadual – com o governo federal; ou, até mesmo, teria cumprindo a promessa que fez ao presidente de não sair de sua terra natal.

Vargas não cumpriu com sua palavra. Por volta das 17 horas, em 30 de dezembro de 1929, um hidroavião da Varig pousava nas águas da Baía de Guanabara trazendo Vargas acompanhado de uma pequena comitiva. Desembarcou na Ilha das Enxadas, onde era aguardado por João Pessoa e diversas personalidades do mundo político. Os candidatos da Aliança Liberal seguiram juntos para Praça Mauá, onde foram recebidos por uma multidão na Praça Mauá, que os acompanhou até o Hotel Glória, onde se hospedaram. A entusiástica recepção prolongou-se noite adentro, com direito às manifestações dos políticos aliancistas José Bonifácio, João Pessoa e Epitácio Pessoa, que discursaram rapidamente para os populares que se concentraram na frente do hotel. O objetivo da viagem? Apresentar a campanha da Aliança Liberal na capital federal. Tal evento, porém, não ocorreu



em jantar ou baile de gala nos salões da elite carioca, como de costume. Segundo algumas fontes, isso se deu mais pelas circunstâncias do que pela inovação: Washington Luís orientou aos principais salões e teatros cariocas, inclusive o tradicionalíssimo Teatro Municipal, a não ceder suas dependências à cerimônia da Aliança Liberal. Desse modo, um grande comício foi organizado pela Aliança Liberal na Esplanada do Castelo, marcado para 2 de janeiro de 1930. Segundo as folhas da capital, o evento foi um sucesso, um público de 100 mil pessoas se aglomerou na esplanada, ao redor de um pequeno palanque revestido com um pano vermelho e ornamentado com bandeiras nacionais. Ao final da tarde, os candidatos chegaram e a multidão recebeu com vivas o gaúcho que enfrentava a máquina eleitoral do Catete. Vargas leu as 31 páginas de sua plataforma de governo e não falou de improviso. Depois desse evento, ainda foi para São Paulo antes de voltar para seu estado. Na capital paulista, nova recepção apoteótica; alguns periódicos alardearam o total de 120 mil pessoas reunidas debaixo de chuva para receber Vargas na Estação do Norte. Segundo o jornal *Diário de S. Paulo*, o ato teria superado as aclamações recebidas por Rui Barbosa, durante a Campanha Civilista. Já o vice, João Pessoa, voltou para o Rio de Janeiro, onde tratou de organizar algumas das caravanas da Aliança, seguindo em meados de janeiro para Belo Horizonte.

Eleitores do Distrito Federal, às urnas! Dos vossos votos depende a vitória da democracia! - SALLES FILHO.

SALVAÇÃO DO REGIMEN

No regime político que adotamos, o país só tem uma oportunidade de intervir nos negócios de seu governo: a eleição presidencial de chefe do Poder Executivo. Nessa ocasião, o povo, escolhendo o sucessor, pronuncia um julgamento sobre a política e a administração do presidente cujo mandato vai expirar. O momento é de uma solene convocação nacional para que o povo brasileiro, no exercício de sua soberania, leve uma sentença como juiz e decida de seus destinos, escolhendo seus governantes em plena liberdade. Em nenhuma outra ocasião se realiza uma assembleia nacional da Nação e, nas eleições do Congresso Federal, é o voto dos Estados que se faz ouvir, de seus interesses, de suas tendências ou de suas aspirações.

A atitude constitucional do presidente da República, no termo de seu mandato, diante do pronunciamento nacional, é a de não julgar. O presidente da República, intervindo no singular pleito, seria como o réu simultaneamente revestido da toga, desfilando no seu próprio interesse, amantado como um ventríquo para a própria estranha.

A manifestação política do presidente da República, na escolha de seu sucessor, é administrada por alguns constitucionais, pelas razões falaciosas de que o presidente é um cidadão com direito de voto e, mais ainda, um cidadão com responsabilidades e experiência que revestem seu voto de grande autoridade. Essa interpretação é das mais perigosas, porque abre a porta aos mais abusos, julgados pelo interesse e pela paixão partidária do presidente da República.

O princípio basilar do regime é que a eleição moral que realiza a soberania, a integridade e a igualdade das urnas, e a cidadania que não pode ser suplantada. É, de facto, não obstante essas devidas distinções, represente um abuso a manifestação política do presidente da República na escolha de seu sucessor, a intervenção administrativa, a compressão do funcionalismo, as ameaças à liberdade de consciência, a corrupção constituem crimes infames, pelos quais a Nação castiga e indivíduos que se prestam, abusando das prerrogativas de seu alto cargo, ou, então, renuncia, nas mãos dos depositários de poder, sua soberania, sua dignidade política e sua liberdade de consciência.

O sr. Washington Luís é o primeiro presidente da República que afronta, deliberada e decididamente, a dignidade nacional, respondendo a milhões governativos federais e oficiais de 17 Estados. É a vontade soberana do povo brasileiro. No entanto que hoje se vê de dois, entre os grandes e os pequenos, a vontade soberana do povo brasileiro. Não se iludam, o vassal, o interessado e o ceceirante que derem seu voto por quem se afirma a ditadura de uma quadrilha trupeira e burocrática — infelizmente muitos são os seus precursores, como brasileiros, com a vitória dos segredos, do que seus lucros, como pasticheiros, dando um voto incoerente.

Bem sabemos que o triste funcionário, o operário, o jornalista está defendendo o pélo da pátria, subentendendo a celebração e infame apoio do presidente da República; mas os fatos também têm meios de defesa. A inteligência sempre pôde alguma coisa mais que a ferocidade dos governos, e o eleitor saliente não terá ilusão no futuro, dependendo nas urnas, a cidade patriótica.

A atitude criminal de Washington Luís, na campanha eleitoral que hoje se encerra, criou, para os liberais, a oportunidade de restauração dos princípios constitucionais ao seu povo.

Diário Carioca

Director: J. E. DE MACEDO SOARES
Anno III — Numero 495 — Rio de Janeiro, Sábado, 1.º de Março de 1930 — Numero avulso 100 réis

O povo brasileiro vai pronunciar-se hoje sobre o grave problema da sucessão presidencial



GETULIO VARGAS E JOAO PESSOA — OS CANDIDATOS DO POVO

A Nação Brasileira está chamada hoje a fazer a sua escolha entre dois grandes nomes do Brasil: Getúlio Vargas e João Pessoa. Ambos são homens de alta honra, de alta inteligência, de alta capacidade de trabalho, de alta dignidade de caráter. Ambos são homens de alta honra, de alta inteligência, de alta capacidade de trabalho, de alta dignidade de caráter. Ambos são homens de alta honra, de alta inteligência, de alta capacidade de trabalho, de alta dignidade de caráter.

ANTONIO EVARISTO DE MORAES, candidato a deputado pelo 1.º distrito desta cidade, é o propagandista valeroso da Abolição e da República, o intencionalizador da Campanha Civilista, da República e da Aliança Liberal. Sempre com o Povo e pelo Povo. E o Povo tem o dever de eleger-o.

O sr. João Pessoa, candidato a deputado pelo 2.º distrito desta cidade, é o propagandista valeroso da Abolição e da República, o intencionalizador da Campanha Civilista, da República e da Aliança Liberal. Sempre com o Povo e pelo Povo. E o Povo tem o dever de eleger-o.

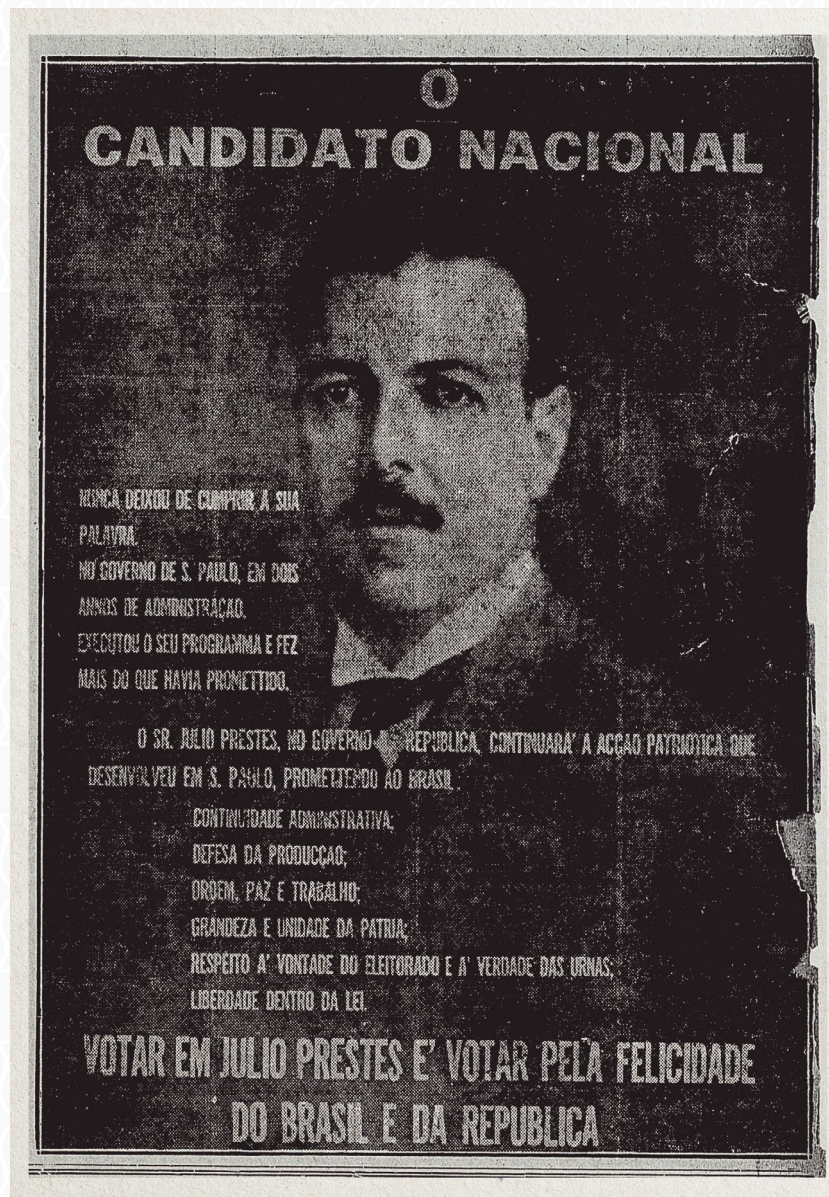
Toda a mobilização da Aliança Liberal não foi suficiente para evitar a vitória da chapa governista. Realizada como de costume no dia 1º de março, a eleição coincidiu com o início do carnaval. Assim, em um dia quente de verão, em pleno sábado de folia, 5,7% da população brasileira compareceu às urnas para a escolha do presidente. Apesar do baixo número, o pleito de 1º de março de 1930 foi o maior da Primeira República na quantidade de eleitores. A dupla Júlio Prestes-Vital Soares arrematou 1.091.709 votos; enquanto Getúlio Vargas e João Pessoa ficaram com 742.794. Os resultados estaduais que escancararam fraudes e arbitrariedades típicas da Primeira República foram evidentes: enquanto Júlio Prestes conseguiu 320 mil votos contra 30 dados a Getúlio em São Paulo, no Rio Grande do Sul o paulista conseguiu apenas 1 mil contra os 295 mil dados ao gaúcho. No entanto, vale notar como a população urbana se tornou sujeito relevante nesse pleito, pois, no Distrito Federal, na época a cidade do Rio de Janeiro, a disputa foi bastante apertada, tendo Vargas perdido por uma diferença de 2 mil votos (30 mil contra 32 mil).

Passadas as eleições, os estados opositores sofreram duras intervenções federais, ações que contrastaram com as de eleições anteriores, que procuravam integrar as oposições, e não alijá-las. Associadas ao assassinato de João Pessoa — um crime passionnal, mas que serviu como fator mobilizador — e ao desgaste desse sistema político, as intervenções forneceram a tempestade perfeita.



Washington Luís foi deposto 22 dias antes de passar a faixa presidencial para Júlio Prestes. Esse movimento – um golpe, na verdade – ficaria conhecido como *Revolução de 1930*, e a data em que se iniciou, o dia 3 de outubro de 1930, se tornaria o marco da chegada de Getúlio Vargas ao poder. Nos 15 anos que se seguiram, apenas 3 foram sob um regime democrático (1934-1937), os outros 12 estavam sob ditaduras (1930-1934; 1937-1945). Durante todo esse período, a primeira experiência republicana brasileira ganhou um nome novo: República Velha – e deveria ser esquecida, assim como as eleições que ocorreram até então. Esse esquecimento construído levou junto o 1º de Março. Ficou somente o 3 de Outubro.

Com o fim do Estado Novo, a vida brasileira entrou em um período democrático nunca antes experimentado, com grandes partidos nacionais, campanhas eleitorais acirradas, candidaturas com amplas bases sociais, questionamentos de resultados eleitorais, políticos que se diziam salvadores da pátria, partidos que juravam representar a verdadeira vontade do povo, golpes, contragolpes, ditadura. De certa forma, variando a interpretação a partir do olhar de quem observa, o 3 de Outubro e seus desdobramentos estariam lá. Nem que fosse por puro acaso. O reordenamento eleitoral que se deu com a Constituição de 1946 determinou que o novo presidente da República fosse eleito 120 dias antes do fim do mandato presidencial em vigor, encerrado em 31 de janeiro do quinto ano desde a posse. Por essa regra, a data precisa seria justamente 3 de outubro. Coincidências (coincidências?) da vida eleitoral brasileira.



Propaganda de Julio Prestes. *Correio da Manhã* de 1º.3.1930, p. 2.
Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Sugestões de leitura

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excluyente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano, v. 1).

MACEDO, Michelle Reis de. Representação e Justiça: a campanha da Aliança Liberal nas páginas da imprensa carioca (1929-1930). In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1889-1930)*. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2017.

NETO, Lira. *Getúlio: 1882-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

VISCARDI, Claudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

